

# A Psicologia no trabalho e o psicólogo enquanto trabalhador

*A separação entre trabalho “manual” e “intelectual” fez com que, durante muito tempo, os psicólogos não se considerassem trabalhadores. Leia nesta edição como esta visão tem mudado e como a Psicologia contribui nas questões do trabalho - págs. 3 a 9*



Operários (1913), obra de Tarcila do Amaral (com efeito do Photoshop)

XI Plenário presta contas dos três anos de gestão - Págs. 10 a 16

Serviços psicológicos pelo computador: saiba mais - Pág. 16

CRP-RJ contra a redução da maioria penal - Pág. 17

Dia 21 de outubro é Dia Nacional contra a Baixaria na TV - Págs. 18

Psicólogos ainda podem se inscrever na Unimed- Pág. 19

Sistema Conselhos tem nova gestão - Pág. 20

## Até mais ver

O XI Plenário do CRP-RJ está se despedindo dos psicólogos do Rio de Janeiro. Sua gestão termina no fim de setembro, quando assume o XII Plenário, eleito no dia 27 de agosto.

O XI Plenário do CRP-RJ, no entanto, continua no XII Plenário: os compromissos, a plataforma eleitoral, os princípios que o XII Plenário defende, apresentados pela chapa vitoriosa, representam a continuidade do trabalho de três anos da gestão 2004/2007, a gestão Ética e Compromisso Social.

O XII Plenário do CRP-RJ, gestão 2007/2010, continuará na defesa intransigente dos Direitos Humanos. Permanecerá reconhecendo e acolhendo as diversidades teóricas e práticas de nosso saber, a Psicologia. Seguirá tentando estabelecer relações respeitadas e sólidas com todos os setores de trabalho profissional do(a) psicólogo(a), acatando e discutindo as diferenças de perspectivas e práticas.

Sobretudo, se esforçará para que a Psicologia alcance e sirva as camadas da população que precisam de seus serviços e que não têm acesso a eles ainda. Aqueles que

“...estavam sujos de tristeza e feroz desgosto de tudo,

... os abandonados de justiça, os simples de coração,

os párias, os falidos, os mutilados, os deficientes, os recalcados,

os oprimidos, os solitários, os indecisos, os líricos, os cismarentos,

os irresponsáveis, os pueris, os cariciosos, os loucos e os patéticos.”

É a eles, da citação – ainda incompleta – de “Canto ao homem do Povo Charlie Chaplin”, do poeta Carlos Drummond de Andrade, que a Psicologia deve servir.

## Fique em dia com a Psicologia

No início de cada ano, os Conselhos Regionais de todo o Brasil enviam aos psicólogos o carnê referente à taxa de atividades do ano corrente. O prazo para o pagamento em dia das anuidades de 2007 venceu no dia 31 de março,

mas ainda é possível solicitar o recálculo.

A anuidade é um tributo obrigatório por lei, que deve ser pago por todos aqueles que exercem a profissão.

Fique em dia com a Psicologia!

### Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-05

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280  
Tel/Fax: (21) 2139-5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br  
site: www.crprj.org.br

#### Diretoria Executiva:

Maria Christina Magalhães Orrico - *Presidente* - CRP 05/927  
Nélio Zuccaro - *Vice-presidente* - CRP 05/1638  
Carla Silva Barbosa - *Secretária* - CRP 05/29635  
Fabiana Castelo Valadares - *Tesoureira* - CRP 05/28553

#### Membros Efetivos:

Alessandra Daflon dos Santos - CRP 05/26697  
Ana Lucia de Lemos Furtado - CRP 05/465  
Cecília Maria Bouças Coimbra - CRP 05/1780  
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767  
José Novaes - CRP 05/980  
Luiz Fernando Monteiro Pinto Bravo - CRP 05/2346  
Maria Beatriz Sá Leitão - CRP- 05/3862  
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027  
Marília Alvares Lessa - CRP 05/1773  
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - CRP 05/26077  
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564

#### Membros Suplentes:

Ana Paola Frare - CRP 05/26474  
Cynthia Maria da Costa Losada - CRP 05/16800  
Marcos Carlos Adissi - CRP 05/28455  
Mônica Maria Raphael da Roza - CRP 05/22833  
Paula Rebello Magalhães de Oliveira - CRP 05/23924  
Queiti Batista Moreira Oliveira - CRP 05/29630  
Sílvia Helena Santos do Amaral - CRP 05/10287  
Valéria da Hora Bessa - CRP 05/28117  
Valéria Marques de Oliveira - CRP 05/12410  
Walter Melo Júnior - CRP 05/19407

#### Comissão Editorial:

Alessandra Daflon dos Santos  
Cecília Maria Bouças Coimbra  
Maria Beatriz Sá Leitão  
Marília Alvares Lessa  
José Novaes

#### Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTB 15963/97/79

#### Projeto Gráfico

Octavio Rangel

#### Redação

Carolina Selvatici  
Jean Souza (estagiário)

#### Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.  
(21) 2232-3866 / 3852-6820

#### Impressão

Gráfica Editora STAMPPA

#### Tiragem

30.000 exemplares

#### Periodicidade

Trimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

## Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

Cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail [ascom@crprj.org.br](mailto:ascom@crprj.org.br)

Ao Conselho Regional,

Já me cadastrei no Plano da UNIMED e já estou pagando menos e usufruindo os mesmos benefícios. Agradeço a Direção do CRP-05 que viabilizou estes benefícios para a categoria.

Maria Alice Sigaud Machado Coelho

- CRP-05-1467

# A Psicologia no trabalho e o psicólogo enquanto trabalhador

Em julho de 2007, o CRP-RJ realizou a Mostra Regional de Práticas em Psicologia. Durante o evento, mui-

tos psicólogos puderam, além de participar de palestras e debates, apresentar suas próprias práticas nas chamadas “experiências em debate”.

Uma das coisas que mais

chamaram atenção da Comissão Organizadora nestas apresentações foi a diversidade de práticas dos psicólogos do estado. Além das áreas já conhecidas como a clínica e a saúde, os participantes apresentaram trabalhos que demonstravam a presença da Psicologia na área jurídica, nos movimentos sociais, no trânsito, entre outras (veja box na pág.4).

Muitos foram os participantes do evento que notaram essa diversificação e comentaram a importância dela para se mudar a visão que a sociedade tem do trabalho do psicólogo. A partir disso, o CRP-RJ resolveu usar o espaço deste jornal para discutir um pouco mais sobre o psicólogo enquanto trabalhador e também sobre a presença da Psicologia no campo do trabalho. Mas, para isso, é preciso primeiro perguntar: o que é trabalho?

A maioria dos profissionais que discutem a Psicologia e o trabalho pensa nele não como sinônimo de emprego, mas como uma atividade. “Entendo o trabalho como uma atividade humana. O homem é um animal dotado de capacidade para (re)criar o seu ambiente; ele executa um processo contínuo de desnaturalizar o seu modo de vida. O homem transforma, cria ferramentas, técnicas, ou seja, o homem é um ‘ser industrial’”, afirma Adilson Bastos, psicólogo e doutorando na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A psicóloga e consultora em Psicologia do Trabalho Elisa Borges concorda: “Geralmente ao se falar de trabalho, fala-se das condições de trabalho, das normas e dos procedimentos, da organização do trabalho. Mas é preciso pensar no trabalho como uma atividade humana que mobiliza dimensões cognitivas, afetivas, fisiológicas e motoras nos homens e mulheres que trabalham”. Ela completa: “E essas dimensões cognitivas, afetivas, fisiológicas e motoras, que se expressam individualmente, fazem parte de um patrimônio coletivo da humanidade. O que significa dizer que o trabalho é sempre coletivo”.

Nesse sentido, sem dúvida, o psicólogo também é um trabalhador. “Se pensarmos o trabalho como atividade humana, perguntar se o psi-

(Continua na próxima página)



Paz (1952 - 1956), Candido Portinari



**“O trabalho é um conceito encravado em nossa história. Yves Schwartz assinala que todo o debate que temos no contemporâneo oscila**

**entre o que ele chama de trabalho ‘stricto sensu’ e uma noção antropológica mais ampla do trabalho. Trabalho stricto sensu é a modalidade de trabalho que conhecemos como emprego formal, remunerado, etc. Mas existem muitas outras modalidades de trabalho, para além da forma emprego, por isso também esta noção antropológica. Existe uma tendência em considerar como trabalho apenas a forma emprego. Mas trabalho é uma categoria universal e irredutível à forma emprego.”**

**Adilson Bastos, psicólogo e doutorando na Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

cológico é um trabalhador deixa de fazer sentido. Por que, por exemplo, um operário é um trabalhador e o psicólogo não seria? Por que o traba-

lho de um é ‘manual’ e o de outro ‘intelectual’? Mesmo um trabalho considerado muito ‘simples’, muito operacional ou rigidamente manualizado, mobiliza a dimensão cognitiva – não existe a possibilidade de uma pessoa trabalhar sem pensar”, afirma Elisa.

Na verdade, pode-se dizer que é exatamente pelo fato dos psicólogos serem trabalhadores que têm papel tão importante na sociedade. “Se trabalho é a produção de bens e serviços que possam ter interesse social, o psicólogo é sim um trabalhador, pois produz bens e serviços que são de interesse da sociedade. Na verdade, o psicólogo não deveria se questionar se é ou não um trabalhador, mas pensar como, enquanto tal, ele participa desses interesses sociais que nem sempre são convergentes”, afirma a psicóloga Claudia Osório, professora da pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense e doutora em Saúde Pública.

No entanto, muitos psicólogos têm uma noção diferente do conceito de trabalho e de trabalhador. “Em nossa formação acadêmica existe uma produção, herdeira do taylorismo, que tende a nos fazer acreditar que existe uma separação entre aqueles que pensam e aqueles que executam. Entre o trabalho ‘intelectual’ e o trabalho



**“É preciso desmontar essa questão de que o que o trabalhador quer é não ter que trabalhar.**

**Especialmente os trabalhadores do serviço público. Não é verdade. Vários autores colocam isso muito claramente. O maior sofrimento psíquico, o maior desgaste vem não do excesso de trabalho, mas do trabalho impedido. Você sair de casa com uma proposta de trabalho, com algo que, para você, dá significado ao seu trabalho de todo dia, e não conseguir fazer aquilo. A pessoa sai exausta porque, apesar de todos os esforços que fez, nada chegou a bom termo.”**

**Claudia Osório, professora da pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense e doutora em Saúde Pública**

braçal. Sendo este último considerado menos nobre que o trabalho intelectual. O que quero dizer é que todo trabalho mobiliza a inteligên-

## Mostra Regional de Práticas em Psicologia

A Mostra Regional de Práticas em Psicologia trouxe a primeira oportunidade dos psicólogos do estado do Rio de Janeiro se encontrarem e debaterem suas práticas. Nos quatro dias da Mostra foram apresentadas mais de 120 experiências em debate, que versaram sobre diferentes temas, desde o uso da hipnose na clínica, passando pelo atendimento prestado a mulheres com câncer de mama, até a orientação de casais para adoção de crianças.

Alguns números mostram essa diversidade. Apesar da maioria dos trabalhos ter sido inscrita nos eixos que representavam áreas de trabalho mais conhecidas da Psicologia, como saúde e educação, 12 trabalhos foram inscritos no eixo “Jus-

tiça”, 4 no eixo “Movimentos Sociais”, 16 no eixo “Trabalho” e 10 no eixo “Políticas Públicas”.

Além de apresentar esta multiplicidade de práticas da Psicologia, a Mostra foi marcada por diversos encontros dos profissionais com questões do cotidiano que exigem permanente reflexão como a atuação do psicólogo no Sistema Prisional, a produção do medo nas grandes cidades, entre outras.

Segundo vários participantes, que puderam falar sobre sua avaliação do evento durante a mesa de encerramento, a Mostra foi importante para reunir os psicólogos e mostrar essa diversidade à sociedade. Também durante o encerramento, o conselheiro do CRP-RJ José Novaes chamou a



atenção para este fato: “Esta extrema diversificação é o que garante o bom atendimento à sociedade”, afirmou ele.

cia. Qualquer trabalho, por mais simples que possa parecer ao nosso olhar preconceituoso, é dotado de uma complexidade e de uma elaboração psíquica admirável. Sendo a Psicologia entendida, e vendida, muito mais como uma ciência do pensamento que da ação, acabamos então por acreditar que somente trabalham aqueles que executam tarefas manuais”, afirma Adilson.

Ele completa: “Creio que tal situação se agrava no Brasil, uma vez que aqui o capitalismo vai se encontrar com outros sistemas de exploração, como o escravismo, por exemplo. A palavra ‘trabalhador’ ganhou no Brasil um sentido menor. Trabalhador é o metalúrgico, o peão de obra, etc. Temos até bandeira de luta política: sou pelos trabalhadores! Ora, então sou por mim também! Pois também sou trabalhador. Inclua-me nesta!



**“Vivemos no contemporâneo um momento delicado em relação às condições de trabalho. As transformações se dão**

**muito rapidamente, a intensificação do trabalho e a precarização de suas condições são evidentes e incontestáveis. Cabe ao psicólogo do trabalho colocar em análise e denunciar esse estado de coisas? Sem dúvida. Mas a meu ver não podemos parar por aí. Se ficarmos aí corremos o risco de fazer análises simplistas que colocam os trabalhadores no lugar de ‘pobres coitados’, apenas submetidos aos impactos das atuais mudanças e completamente capturados por essa ordem social neo taylorista. É preciso ir além e olhar os trabalhadores como protagonistas da atividade. Pensar deste modo nos faz enxergar possibilidades de transformações onde aparentemente julgamos impossíveis.”**

**Elisa Borges, psicóloga e consultora em Psicologia do Trabalho**

Caso contrário, corremos o risco de mantermos um certo modo de pensar em que nós sabemos o que é melhor para os outros ‘trabalhadores’. É como se fôssemos uma espécie de consultor do pensamento dos ‘trabalhadores’.

Claudia concorda: “Acho que, de maneira geral, os psicólogos não se vêem nesse lugar de participantes e aliados dos grupos que estão pior contemplados nessa desigualdade social que vivemos. Podem até se ver como aliados, mas não se vêem como participantes. Não querem de maneira nenhuma fazer parte deles”.

Por outro lado, a crise do emprego que vemos na sociedade de hoje não ajuda aos psicólogos se sentirem trabalhadores, já que cada vez mais se incentiva que as pessoas se tornem “profissionais liberais”, que criem alternativas ao emprego formal, tão raro. “É claro que essas alternativas são importantes, mas é preciso muito cuidado para não esvaziar as conquistas sociais trazidas pelo emprego formal. Hoje temos uma valorização muito grande do não-enraizamento, de uma ‘informalidade’, que seria mais criativa que o emprego formal. O que se vê é uma produção de um individualismo cada vez maior, como se cada pessoa fosse responsável pelo seu sucesso. E não é bem assim. Não temos que aceitar trabalhar de qualquer jeito”, afirma Neide Ruffeil, psicóloga, colaboradora da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Adilson acrescenta: “Com o declínio do emprego formal e a crescente precarização das condições de trabalho, os protagonistas da atividade se encontram cada vez mais cobrados e exigidos pela organização do trabalho. O taylorismo antes negava a subjetividade. Hoje temos uma espécie de neo-taylorismo, que prescreve a subjetividade em seus manuais e discursos. Cada vez mais se exige dos trabalhadores uma disponibilidade psíquica. ‘Sejam criativos, inventivos e flexíveis, mas não saiam das normas!’ Ou seja, a organização do trabalho exige, mas não coloca à disposição dos trabalhadores os recursos necessários ao desenvolvimento de seu poder de agir”. (leia mais no artigo das páginas 8 e 9)



**“Todo trabalhador tem a capacidade de criar novas normas. Ele está sempre em movimento. Mesmo em linhas de produção tayloristas, em que o trabalho é o mais restrito e determinado, existem desvios. Mínimos, mas sempre existem. Então, a subjetividade está sempre presente no trabalho. Não que não haja um movimento de forças disciplinares que tentam, de certa forma, controlá-lo. Mas por que a Psicologia deveria olhar só este ângulo de gerenciamento, de controle das pessoas? Por que não ampliar e ver outras questões? Temos que perceber que nem sempre se pode prever resultados no trabalho. A vida não tem a previsibilidade que se gostaria.”**

**Neide Ruffeil, psicóloga colaboradora da Comissão Regional de Direitos Humanos e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Quais são, então, os desafios para a Psicologia nas suas relações com o trabalho? “Quando se fala em Psicologia do Trabalho, é preciso lembrar dos conflitos do trabalho. Em todo trabalho são feitas escolhas políticas, éticas e técnicas. Se você disser: ‘Meu objeto vai ser o trabalho’, ainda não disse tudo. É preciso fazer muitas escolhas. É possível, por exemplo, ser a favor de uma certa visão de saúde e não ser contra o aumento da produtividade. Mas certamente quer dizer que isso não pode se dar a qualquer preço. É preciso saber qual é o valor maior”, afirma Claudia. (Leia box da pág. 6)

Segundo Milton Athayde, professor da pós-graduação em Psicologia Social da UERJ, em seu texto “Psicologia e trabalho: que relações?”, de 2004, a Psicologia deve ser pensada como instrumento para a reflexão sobre as produções humanas no

(Continua na próxima página)

trabalho e, em outros espaços de vida, lançando questões sobre a exploração do trabalho infantil, do trabalho escravo, do trabalho informal e outras formas de exploração. A atuação do psicólogo em geral, e mais especificamente o do trabalho, seria então não só problematizar as condições oferecidas para trabalhar, mas pensar na constituição histórica das formas de trabalho e na maneira como nos vinculamos – como trabalhadores – a elas na atualidade e a partir disso inventar possibilidades.

“As pesquisas com trabalhadores de empresas, mesmo as mais autoritárias, ensinam que eles, mesmo sujeitos a regras muito rígidas, fazem sempre um trabalho diferente do que é prescrito. Isso nos ensina que a atividade é sempre um debate entre normas antecedentes (sejam elas prescritas pelo coletivo de trabalhadores ou pela gerência da empresa) e as novas normas produzidas no curso da atividade pelos trabalhadores. Então, a atividade está sempre entre os valores mercantis e os valores relativos à vida. E uma exigência para se trabalhar é estar sempre entre a capacidade de conhecer as normas, mas ser ativo, ser capaz de criar possibilidades de trabalho diferentes”, afirma Helder Pordeus Muniz, psicólogo e professor do Departamento de Psicologia da UFF.



**“Não há, em nenhuma situação de trabalho, um paraíso e tampouco uma impossibilidade total. É preciso sair desses extremos. Acho que a grande questão é sair dessa armadilha de**

**olhar o mundo do trabalho como algo já pronto, que é ou um paraíso ou um inferno. Ele é um campo de possibilidades, de desafios. O importante é acreditar nessa possibilidade de enfrentamento, de debate. Ser criativo e ativo, não aceitando passivamente as normas. O que não implica desconhecê-las e se iludir, achando que se pode ignorá-las.”**

**Hélder Pordeus Muniz, psicólogo e professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense**

Nesse sentido, uma Psicologia do trabalho muito restrita, ou como afirma Claudia, “com uma noção de gestão próxima de uma noção de gerência, que ignora a gestão diária dos trabalhadores”, seria

um tanto quanto contraproducente para afirmar a vida. “Todo trabalho sempre implica normas antecedentes. Mesmo num trabalho informal há regras. E nessas regras há saberes e modos de organização. É preciso, então, valorizar esses saberes, esses patrimônios, que são uma produção coletiva e histórica da sociedade e dos trabalhadores que exercem aquela determinada atividade. Um trabalhador faz uma atividade de determinada maneira porque outros fizeram antes dele daquela mesma maneira. E, exatamente por ser coletivo, por ser uma produção social, o trabalho está em constante transformação. Ele está sempre em movimento, sendo construído e desconstruído, por isso não pode ser visto só por uma faceta”, afirma Neide.

Hélder concorda: “Existem normas em todo trabalho, sem dúvida, mas, ao mesmo tempo, não é possível se acomodar pensando que trabalhar é fazer as coisas conforme as normas. Às vezes, inclusive, é preciso transgredir normas para o trabalho fluir melhor. Isso é algo importante para a Psicologia: saber criar suas normas de trabalho e saber que os trabalhadores em geral já fazem isso. É preciso saber como criar espaços de discussão onde esse debate possa aflorar, onde se possa construir juntos uma gestão com pessoas e não de pessoas”.

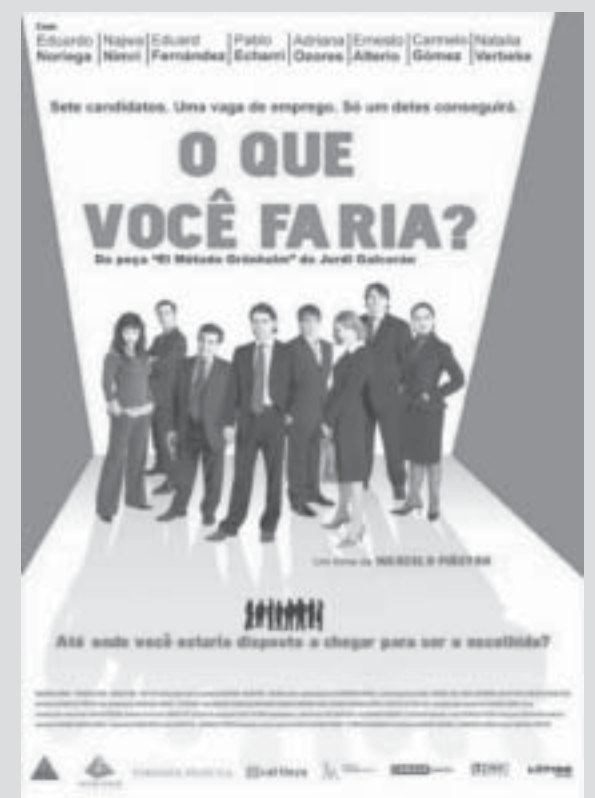
## O que você faria?

O filme “O que você faria?” (El método, 1995) trabalha bem esta questão. A história gira em torno de sete executivos que disputam, em uma dinâmica de grupo, um cargo na diretoria de uma empresa. O método usado para a seleção é o chamado “Método Grönholm”, que dá nome à peça que inspirou o filme.

Durante a seleção, os participantes são confinados em uma sala, onde devem participar de diversas atividades, como numa dinâmica de grupo normal. No entanto, no método usado, não há um avaliador aberto. Pelo contrário, uma das tarefas dos participantes é descobrir o “espião” da empresa, que está infiltrado no grupo. E mais, algumas das atividades são bastante constrangedoras e, como num *reality show*, a cada tarefa os participantes vão sendo eliminados.

Na época do lançamento do filme no Brasil, o diretor Marcelo Piñeyro afirmou que todas as experiências mostradas no filme, mesmo as mais extremas, como um almoço em que comida podre é servida, foram retiradas de depoimentos de executivos sobre dinâmicas de grupo das quais haviam participado.

Em uma entrevista dada à Folha de São Paulo, em junho de 2006, Piñeyro afirmou: “O processo de seleção de altos executivos por uma multinacional virou a metáfora ideal sobre as relações de poder que se constroem na sociedade. A tensão provocada pela seleção faz com que os sete executivos comecem a demonstrar dolorosas rupturas entre os papéis sociais que representam e o que são de verdade”, explica.



## Entrevista com Valéria Ruiz

*A psicóloga e mestre em Psicologia Social pela Uerj, Valéria Salek Ruiz, trabalhou entre 1994 e 2002 na área da Saúde Mental, como psicóloga e como coordenadora de um Centro de Atenção Psicossocial. Neste período, ela começou a se interessar pelos “modos de gestão” e seus impactos na qualidade dos serviços prestados em saúde mental. “Acho que eu já trabalhava com psicologia do trabalho”, afirma. Desde 2004, ela trabalha como psicóloga na Petrobras.*

### O que é trabalho para você?

Gostei de uma definição que ouvi recentemente: o trabalho é qualquer atividade humana dirigida. As palavras precisam ser entendidas em um contexto, o *trabalho remunerado* é diferente do *trabalho de parto*, por exemplo. O psicólogo que está exercendo sua profissão certamente é um trabalhador. Embora isso me pareça óbvio, muitas vezes ao nos tornarmos “os trabalhadores” em nosso objeto de análise e intervenção, criamos também idéia de uma suposta “zona de neutralidade”. O trabalhador passa a ser visto como um outro, cujo trabalho ou a saúde são passíveis de intervenções por especialistas habilitados como tal. Temos que lembrar que nosso “objeto” de análise e intervenção sempre extrapola o trabalhador, a sua saúde, as condições de trabalho, as relações de poder. Estamos lidando com construções históricas e estamos sempre implicados com estas construções.

### Qual é a importância da Psicologia do Trabalho?

A Psicologia do Trabalho começa a participar ativamente na transformação destes sujeitos e respectivos contextos de trabalho. Uma grande contribuição talvez seja chamar atenção para a dimensão da produção de subjetividade, para o fato de que além dos “produtos” finais geralmente observados, o trabalho pode ser um espaço de reinvenção de modos de ser, modos de se relacionar com os outros e com o meio ambiente.

Parece-me um campo ainda cheio de possibilidades para o desenvolvimento de análises e intervenções em temáticas pouco exploradas como as especificidades do trabalho em regime

de confinamento e turnos; na avaliação do desempenho/valoração do trabalho; Análise de Acidentes e percepção de RISCO, entre outras.

### Como é a atuação do Psicólogo do Trabalho?

Como disse, tradicionalmente se espera que o psicólogo atue na Administração dos Recursos Humanos, selecionando as pessoas certas para o lugar certo e adaptando os indivíduos às exigências do trabalho. Lembremos que este “campo de atuação” surge junto com as idéias tayloristas que criam a necessidade do olhar especialista para o trabalho. O psicólogo é convocado, de um modo geral, para atuar em favor do aumento da produtividade ao lado dos dirigentes. Devemos procurar escapar da armadilha deste pensamento maniqueísta que nos apresenta apenas dois interesses conflitantes: os interesses dos dirigentes versus os interesses dos trabalhadores. Na verdade, temos muitos interesses envolvidos. Certamente nem todos os interesses são explicitados, especialmente os considerados “menos nobres”.

Uma possibilidade de norte para a atuação Psi, talvez, seja ajudar a dar visibilidade para os valores que estão em jogo.

### Como a Psicologia pode contribuir na atual crise do emprego?

Mesmo quando pensamos nas crises que se dão em escala planetária, como a do desemprego ou a de precarização das relações de trabalho, creio que sempre existe espaço para contribuições visto que nossas práticas são sempre políticas mesmo quando se pretendem “neutras”.

Existe uma certa cultura de que as crises devem ser contidas, buscar harmonizar as equipes



e os conflitos, “sorrir sempre”, pensamentos positivos para atrair coisas positivas... Contraditoriamente, vemos o desenvolvimento de um espírito altamente competitivo onde cada um deve buscar ser o melhor e virar um líder, alcançando assim o almejado sucesso na sua carreira. Vemos a configuração de um descrédito generalizado em relação aos coletivos, como os sindicatos, por exemplo.

Com isso, a Psicologia pode ajudar também a romper com o estereótipo de que só é possível escolher entre uma utopia ultrapassada fora da realidade e uma queixa generalizada. Então, acho que falo em uma utopia engajada no cotidiano sem, contudo, perder nossa preciosa capacidade de análise crítica.

### Você já passou por alguma experiência em que foi necessário buscar alternativas para o “padrão” da Psicologia do Trabalho vigente?

Quase sempre! Creio que o importante é não tomarmos o desajuste a determinados padrões vigentes como “nossa dificuldade de adaptação pessoal”. Sei que às vezes isso é difícil, creio que só é possível construir alternativas quando buscamos fortalecer nosso ponto de vista, com aliados (sejam eles pessoas, autores ou experiências), seja de dentro ou fora da nossa equipe. Muitas vezes precisamos de espaços fora da empresa para que possamos criar ou fortalecer as referências e possibilidades de atuação do Psicólogo nas organizações de um modo geral. Neste ponto, penso que o CRP pode também contribuir muito.

# Poder e trabalho na sociedade de controle

Edson Passetti \*

Uma das maiores dificuldades vividas no momento é a de caracterizar a atuação no espaço pelo trabalho intelectual no capitalismo. A economia política e a sua crítica, desde o século 19 e boa parte do 20, situavam-no como a parte menor e superior habitada por trabalhadores qualificados responsáveis por agilizar a produção e comandar o contingente empregado no trabalho manual. No capitalismo, sua função era a de dirigir a produção de lucros; no socialismo, era a de aprontar a sua fusão com o trabalho manual, preparando o fim da alienação na produção de mercadorias. Os dois conjuntos de trabalhadores, nestes regimes de produção, mantiveram-se separados e enfrentaram situações de rebaixamento salarial, obstruções à expansão de direitos sociais, perseguições, desempregos e até condenação à morte.

Todavia, desde a segunda metade do século 19, amplas resistências aconteceram no interior da fábrica e nos espaços públicos, contra o capital e também pela sua humanização, assim como ganhou força a luta pela abolição da propriedade e do Estado. Os movimentos grevistas expressaram as contestações de trabalhadores que repercutiram, de imediato, em reformas nas condições de trabalho, salários e direitos, sob o comando da disciplina fabril. Ultrapassando estes ganhos momentâneos, levaram também a rompimentos revolucionários socialistas e experimentações anarquistas. Mas quando a diversidade foi subjugada pela nova uniformização socialista contra o capitalismo, sob a direção bolchevista da Revolução Russa de 1917, o revolucionarismo soçobrou em poucos anos numa tirânica ditadura.

No século 20, o predomínio do trabalho intelectual na produção se ampliou e se fortaleceu com democracia ou ditadura, com capitalismo e soci-



Festa Junina (1936), Candido Portinari

alismo; sedimentou sua separação do trabalho manual; acomodou interesses entre empresas, burocracia estatal e sindicatos; domou o trabalho manual com assistências e *bem-estar social*; corroe-o com programas de comunicação intensiva apaziguando conflitos em nome da transformação da fábrica em empresa, da participação nos rendimentos, do aumento do consumo no mercado universal, no acesso ampliado à educação e às mídias, para com a robótica, enfim, investir em seu desaparecimento gradual.

O trabalho intelectual enveredou para o interior da produção, e fez de cada trabalhador um componente ativo no aperfeiçoamento, criação, desdobramentos, redirecionamentos de programas de produção de produtos, até emergir o programa neoliberal e, com ele, o processo de supressão do trabalho manual, pelo domínio do trabalho intelectual. O trabalhador intelectual deixava de ser o superior técnico e a peça reguladora do corpo para a máquina energética e se transformava em virtualidades constantes em máquinas ci-



bernéticas. Passou a compor nos fluxos de produtos e a se ver convocado a participar na gestão da empresa. Seu mundo ampliou-se. Transpôs as fronteiras nacionais para habitar programas conectados a computadores, segundo a diplomática interface de protocolos e dispositivos de segurança, tornando-se um cidadão cosmopolita, comunicando-se com qualquer parte produtiva do planeta, amigos, amores, corporações, desejos. Entrou na era da indiscernibilidade entre o público e o privado, dos produtos democraticamente produzidos e administrados para colaborar com a cooperação liberal entre capital e trabalho, e no interior deste, entre o manual e o intelectual, atuando para consolidar o pluralismo na política da empresa e na política do Estado.

Esta reviravolta foi anunciada no desfecho da 2ª. Guerra Mundial. Aos poucos os mercados e as fronteiras se ampliaram e os trabalhadores passaram a transitar com mais liberdades. A cidadania ainda funcionava como dispositivo de controle da população, e o Estado-nação anunciava sua transformação em Europa. Foi aí que, surpreendentemente, as experimentações de liberações foram potencializadas e geraram o acontecimento 1968, quando as lutas minoritárias singulares abalaram totalitarismos, fascismos e a democracia representativa liberal, para explicitarem o sacrifício de judeus, japoneses e contestadores políticos antes, durante e depois da guerra. Isto provocou a reação conformista que anunciou e preparou o refluxo conservador com o programa pluralista neoliberal. Somente anos mais tarde, na passagem do século 20 para o atual, emergiu um novo acontecimento de contestação, a *nova globalização*, buscando uma alternativa para o conjunto de singularidades capaz de unificá-las como conjunto pluralista-democrático em função do que lhes é *comum*. Procede dos trabalhadores intelectuais que buscam alternativas viáveis e se incluem na *nova* uniformização pluralista.

Estes movimentos de contestação ao programa neoliberal, atuam por meio da luta por inclusões de posicionamentos nos fluxos, confirmando e legitimando a *nova* sociedade de controle, feita de convocação de todos à participação democrática, reformas constantes e abandono das práticas de resistências ativas. É assim que predominam resistências reativas capturadas em fluxos de perdedores radicais individuais como o *serial-killer*, ou grupais como o *terrorismo islâmico*. Diante disso reina vitoriosa a política de guerra em nome da *paz perpétua* em que a *boa e velha* democracia promete triunfar sobre ditaduras e tudo aquilo que a obstar, mas relevando que no capitalismo atual é preciso uma pragmática relação com a ditadura do proletariado chinesa e o renascido nacionalismo russo. Mais do que a democracia política representati-

***Diante disso reina vitoriosa a política de guerra em nome da paz perpétua em que a boa e velha democracia promete triunfar sobre ditaduras e tudo aquilo que a obstar, mas relevando que no capitalismo atual é preciso uma pragmática relação com a ditadura do proletariado chinesa e o renascido nacionalismo russo. Mais do que a democracia política representativa, é preciso incluir pela participação democrática na produção de produtos (mercadorias, serviços, idéias, divertimentos).***

va, é preciso incluir pela participação democrática na produção de produtos (mercadorias, serviços, idéias, divertimentos).

Numa sociedade de controle de máquinas cibernéticas atualizadas por trabalhadores intelectuais e seus programas de produtos, as funções de biopolítica do Estado cada vez mais retornam à sociedade organizada e às suas demandas seletivas. O controle se dá pela força legítima do Estado e de seu aparelho com ênfase na educação, pela autoridade soberana da família, mas, também pela invocação à religião, às práticas de autoajuda, os cuidados intermináveis com o corpo jovem, esbelto e sadio, o combate às impunidades sob a moral da erradicação da corrupção e pela atuação de profissionais das humanidades em ONGs. Sociedade de controle é assepsia, nor-

malização do normal e segurança de programas, informações e cidadãos atuantes e hedonistas, drogados pelos comprimidos e programas normalizantes. Nesta sociedade sobram miseráveis atendidos em programas de assistência social, de massacres policiais, de *inclusão digital*, mas eles são principalmente absorvidos pelo narcotráfico, como soldados para a morte e escravos das empresas ilícitas que se formam na fusão entre *organizações* e prisões. Repaginadas, estas deixam de ser locais de rebeliões por liberdade para acomodarem violentas corporações ilegais ou ajustar prisioneiros ao regime de penas alternativas em *parceria* com a sociedade civil organizada. Nesta sociedade, até mesmo dentro das prisões, não cabem os *perdedores*, muito menos, os *radicais*. Menos ainda os ativos insurgentes libertários.

Vive-se o tempo de trabalho intelectual com ocupações ininterruptas; dos espaços disciplinares de controle descontínuo e de espaços de controle contínuo, a céu aberto, desterritorializados, em que se exige segurança, tolerâncias e se almeja a confiança de todos para a *definitiva* vida saudável. Tempo de rejuvenescimento e normalizações, em que a produção de direitos é mais importante que suas realizações. Tempo espacial de um universo que deixa de ser visto como finito para ser compreendido em expansão. Em expansão como a vida democrática na economia, na política, nas organizações de defesa e controle de direitos e saúde e segurança e... Estamos no fluxo de programas inacabados. De inclusão de resistências. Sob a utopia da democracia e da imortalidade capitalista. E aí? Sob a mansarda pluralista habita este conservadorismo moderado.

\* **Edson Passetti** é professor no Depto. de Política e na Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, onde coordena o Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária). Edita VERVE, revista semestral autogestionária do Nu-Sol. Publicou, entre outros livros, *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.

# CRP-RJ prestando contas

## DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

Período de: 01/01/2007 a 31/07/2007 (expresso em reais eliminando os centavos)

Esta demonstração propicia informar, sinteticamente, o resultado das contribuições e suas aplicações no decorrer do período.

### Receitas

|  |           |
|--|-----------|
| Receitas de Contribuição                     | 3.526.400 |
| Receitas de Contribuições de anos anteriores | 1.015.611 |
| Receitas Patrimoniais                        | 203.886   |
| Receitas de Serviços                         | 75.052    |
| Outras Receitas                              | 144.218   |

**Total das Receitas Brutas 4.965.167**

### Transferências (-)

|                                |           |
|--------------------------------|-----------|
| Conselho Federal de Psicologia | 1.205.537 |
|--------------------------------|-----------|

**Total das Receitas Líquidas 3.759.630**

### Despesas (-)

|  |                  |
|--|------------------|
| Pessoal, Encargos Trabalhistas e Diárias     | 977.054          |
| Materiais de Consumo                         | 32.217           |
| Energia elétrica, Telefonia, Postagem e Água | 251.582          |
| Limpeza, Segurança e Manutenção              | 158.041          |
| Impressão Gráfica                            | 80.658           |
| Transporte e Hospedagem                      | 29.258           |
| Congressos, Fóruns e Eventos                 | 88.871           |
| Serviços de Assessoria e Terceirização       | 93.147           |
| Seguros, Condomínio e Locação                | 12.951           |
| Impostos, Taxas e Tarifas Bancárias          | 109.579          |
| <b>Total das Despesas de Operações</b>       | <b>1.833.358</b> |

### Investimentos (-)

|                                  |              |
|----------------------------------|--------------|
| Programas de Informática         | 1.343        |
| Máquinas, Motores e Equipamentos | 0            |
| Mobiliário em Geral              | 0            |
| Equipamentos de Informática      | 0            |
| <b>Total dos Investimentos</b>   | <b>1.343</b> |

|   |           |
|---|-----------|
| Superávit Financeiro do período               | 1.924.929 |
| Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores | 3.058.452 |
| Superávit Financeiro Acumulado em 31/07/2007  | 4.983.381 |

Nota: Esta demonstração de receitas e despesas é uma adaptação do Balanço Financeiro exigido pela Lei nº 4.320/64.

Fabiana Castelo Valadares  
Conselheira-Tesoureira

Roner Tavares  
Contador CRC/RJ-097613/O-8

## A Gestão do XI Pl

Desde que assumiram a gestão do Conselho Regional de Psicologia, uma das principais preocupações dos Conselheiros que compuseram o XI Plenário foi a reaproximação com a categoria. Depois de um período de inércia, descaso e irregularidades na gestão do CRP-RJ, corrigido inicialmente pela Comissão Gestora, a gestão que assumiu em 2004 teve como objetivo a reorganização administrativa, financeira e ética deste Regional.

A reorganização administrativa passou pelas esferas da organização funcional, com a implantação de um Plano de Cargos e Salários, da estrutura administrativa interna e da organização de toda a documentação dos psicólogos. Foi realizado um recadastramento dos psicólogos inscritos, uma vez que o cadastro se encontrava totalmente desorganizado, inclusive com falta de documentos. A resposta dos psicólogos a este trabalho foi bastante satisfatória: das 30 mil cartas enviadas, 27.090 foram respondidas, o que dá hoje condições de se ter um cadastro que retrate a real situação dos profissionais e das empresas inscritas.

Os procedimentos para inscrição e pedidos de certidões e 2<sup>as</sup> vias foram aperfeiçoados, reduzindo-se à metade do tempo o período para recebimento. Hoje, ao se inscrever, o psicólogo já agenda o dia da reunião em que receberá sua carteira de identidade profissional. Estas reuniões são conduzidas por um conselheiro e uma assistente técnica, que dão orientações básicas sobre o funcionamento do Conselho e sobre aspectos éticos do exercício profissional. Além da sede, são realizadas reuniões em Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Campos e Resende, para atender aos psicólogos de cada região.

Segundo pesquisa feita pelo ex-conselheiro tesoureiro do XI Plenário, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, o percentual de inadimplência vinha aumentando a cada ano, atingindo um nível significativo até o início da Comissão Gestora. Este percentual foi diminuindo progressivamente apesar do número de psicólogos ativos continuar crescendo (ver gráficos ao lado). A análise destes dados

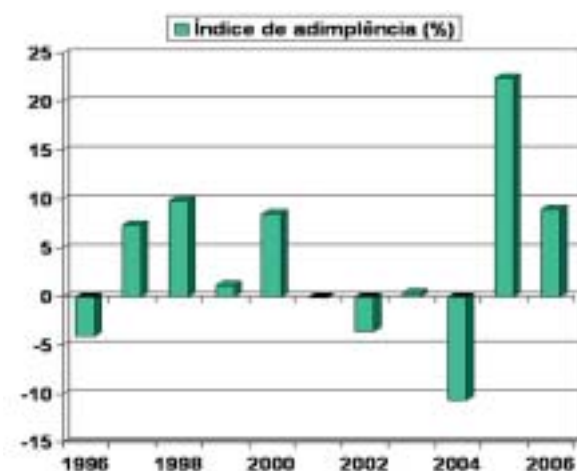
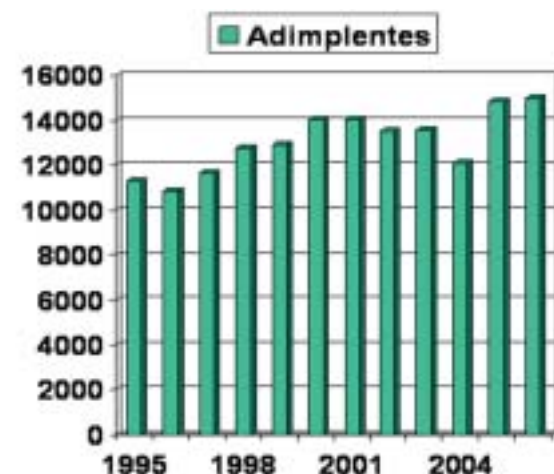
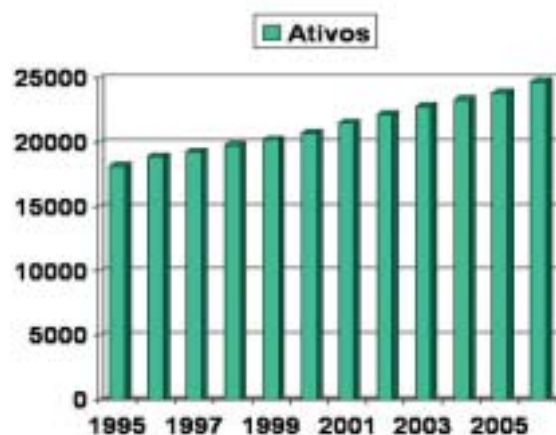
# nário

reflete a melhora da relação dos psicólogos com o seu Conselho.

Estas ações estiveram sempre respaldadas pela Comissão de Auditoria e Controle Interno, responsável por auditar a própria administração. A atuação da CACI evidencia a forma de gestão do XI Plenário. Os procedimentos administrativos e contábeis são auditados internamente, propiciando um constante aperfeiçoamento, a fim de se evitar qualquer ato que possa ferir os princípios da administração pública (leia mais abaixo). A Comissão de Licitação segue os preceitos legais ao realizar compras e contratações e os editais de licitação são sempre publicados no site do CRP-RJ, a fim de possibilitar que um maior número de empresas participe do processo, garantindo a transparência do mesmo. Também com o objetivo de garantir a transparência de suas contas, o XI Plenário publica em todas as edições deste jornal o balanço financeiro do Conselho do período. Você pode consultar o balanço dos últimos sete meses na página ao lado.

Pode-se afirmar que o processo de reaproximação dos psicólogos com o CRP-RJ foi inicia-

do. Cada vez mais os psicólogos e estudantes de Psicologia procuram o Conselho, seja para participar dos eventos realizados pelas diversas Comissões (veja relatórios nas páginas 12 a 16) ou tirar dúvidas sobre a legislação, seja para buscar informações sobre a Psicologia ou realizar parcerias. O CRP-RJ conta com a mobilização dos psicólogos no processo de ocupação deste espaço, sugerindo, criticando, participando das discussões e contribuindo para um fazer da Psicologia mais crítico e mais implicado com a realidade brasileira.



## A Comissão de Auditoria e Controle Interno

A CACI norteou seu trabalho pelos princípios da legalidade, transparência e economicidade. No primeiro ano, analisou o relatório da auditoria do CFP e, em seguida, se certificou das questões repassando-as para o Gerente Geral e os Assessores para as providências cabíveis, o que ocorreu nos anos seguintes. Cabe ressaltar, que as recomendações da auditoria do CFP dos primeiro e segundo anos foram plenamente atendidas. Em relação ao terceiro ano algumas soluções encontram-se em andamento.

Concomitantemente, passou-se a conhecer e analisar o funcionamento dos setores, comissões e procedimentos internos, propondo as seguintes ações:

- Garantir o pleno cumprimento das normas do manual da APAF - Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras;
- Garantir o pleno cumprimento do Acordo Coletivo;
- Redesenhar processos de trabalho;
- Reformular o Plano de Carreira, Cargos e Salários;
- Implementar a Avaliação de Desempenho para as Progressões e Promoções;
- Reformular a estrutura funcional;
- Melhorar condições ergonômicas e a acessibilidade;
- Realizar concurso público;
- Realizar inventário dos bens do patrimônio e ações decorrentes;
- Reavaliar os imóveis, atualizando o valor dos seguros;
- Recadastrar os dados dos psicólogos;
- Melhorar os procedimentos de compras; e
- Emitir, anualmente, subsídios para o Relatório Anual de Gestão.

Ao longo da gestão, a CACI, em conjunto com a Gerência Geral e as Assessorias, perseguiu e teve como meta o cumprimento das ações acima citadas.

Na próxima gestão, caberá implementar o redesenho de processos, realizar concurso público, complementar as ações decorrentes do Inventário, melhoria das condições ergonômicas e acessibilidade.

# A Comissão de Saúde

A Comissão de Saúde do CRP-RJ foi instalada em março de 2005 e traçou como objetivo focalizar suas ações no acompanhamento das questões relacionadas ao campo da saúde, em particular, as políticas públicas da área. Uma especial atenção é dedicada ao setor da Saúde Mental, embora todas as interfaces da Psicologia com as práticas em saúde sejam objeto de interesse da Comissão.

As principais atividades realizadas no período 2005-2007 podem ser agrupadas em dois grandes eixos: Políticas Públicas e Inclusão Social / Direitos Humanos.

No primeiro eixo, podemos destacar as ações voltadas para o apoio às iniciativas de fortalecimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil, estimulando e reforçando o debate em torno da assistência às pessoas portadoras de sofrimento mental, através de formas substitutivas ao modelo hospitalocêntrico, incluindo nesse debate os manicômios judiciários. A Comissão buscou aproximação com os gestores governamentais dessa política, tanto na esfera estadual quanto na esfera do município do Rio de Janeiro. Além disso, acolheu na sede do CRP diversas reuniões de psicólogos que exercem suas práticas na área de Saúde Mental (CAPS ou outros dispositivos assistenciais), para que empreendessem discussões e reflexões sobre melhorias nas condições de organização de seus trabalhos, e sobre as relações com os gestores dessa política.

Ainda nesse eixo, a Comissão de Saúde, além de divulgar suas atividades, promoveu - individualmente ou em parcerias - diversos eventos tratando das possibilidades de relação da Psicologia com as políticas públicas de saúde e apoiou iniciativas de alguns órgãos públicos voltados para a capacitação e o aperfeiçoamento de psicólogos que atuam em programas específicos de prevenção e assistência no campo da saúde.

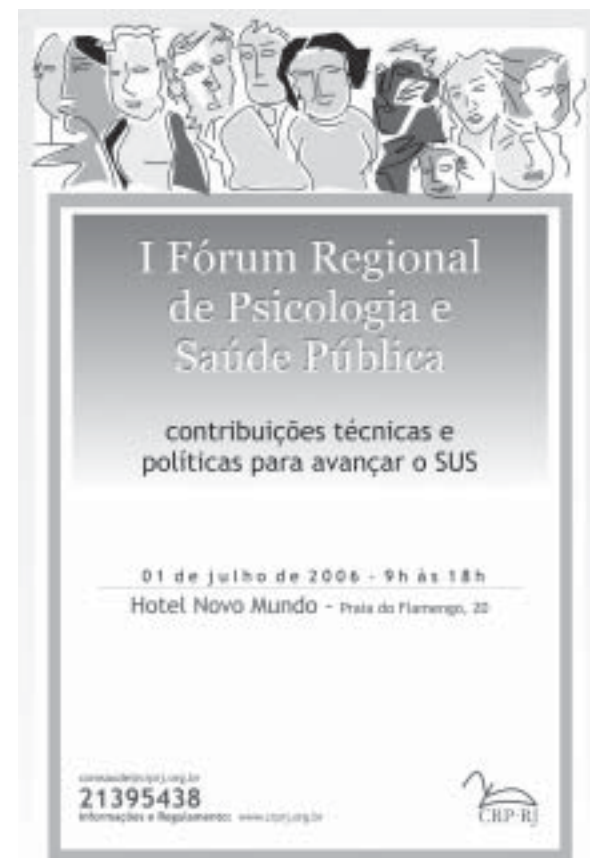
No âmbito legislativo, esteve presente em diversas audiências públicas na Assembléia do Es-

tado do Rio de Janeiro, onde questões de interesse da categoria e da Saúde Pública estiveram em debate. Participou, por exemplo, da audiência que discutiu o chamado "Passe Livre" ou "Vale Social" para portadores de deficiências e outros agravos de saúde; da audiência a respeito do Ato Médico e da audiência que debateu o Projeto de atendimento psicológico por telefone, conhecido como "Disque Psi". Além disso, nos últimos três anos, o CRP-RJ ocupou um assento, como Conselheiro, no Conselho Estadual de Saúde - RJ, procurando exercer seu papel no controle social do SUS e de participante da formulação das políticas públicas estaduais.

Com relação ao segundo eixo de atuação, foram firmemente denunciadas todas as situações de atrocidades e desrespeito aos direitos das pessoas que chegaram ao conhecimento da entidade, notadamente, as que ocorreram no âmbito dos hospitais psiquiátricos e manicômios judiciários.

A Comissão de Saúde, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ, realizou visitas de observação e orientação em algumas instituições do estado do Rio de Janeiro, atendendo a denúncias veiculadas na grande mídia fluminense. Por mais de uma vez oficiou gestores públicos, parlamentares e Conselhos de Saúde, solicitando posicionamento diante de notícias de irregularidades e maus tratos vividos por pessoas com transtornos mentais severos internadas em hospitais públicos de custódia ou em clínicas conveniadas com o SUS.

No ano de 2006, considerado pelo Sistema Conselhos de Psicologia como o "Ano da Psicologia e da Saúde", a Comissão de Saúde soube aproveitar a oportunidade para trazer à cena do debate profissional as grandes questões a cerca das políticas públicas do Setor. A delegação de representantes do Regional no Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública, em Brasília, foi o ápice de uma discussão que foi antecedida por



quatro eventos preparatórios realizados no estado do Rio, sob o patrocínio do CRP. Durante todas as etapas do Fórum de Psicologia e Saúde Pública, importantes eixos temáticos foram aprofundados em busca de contribuições técnicas e políticas da Psicologia para fazer avançar o SUS.

O CRP-RJ e sua Comissão de Saúde entendem que o grande desafio da saúde passa pelo acompanhamento da formulação e da implementação das políticas da área, pelo monitoramento dos seus alcances e, sobretudo, pela valorização dos profissionais de saúde através de planos de cargos, carreiras e salários justos que contemplem o compromisso com o aperfeiçoamento profissional e a ética nas relações com os usuários e a sociedade.

A garantia da universalidade do acesso de todos os cidadãos ao Sistema e equidade na distribuição e alocação dos recursos e a integralidade das ações de prevenção e assistência são as bases da construção de uma saúde pública digna e de qualidade capaz de fazer valer o dispositivo constitucional da saúde como "um direito de todos e um dever do estado".

# A Comissão de Orientação e Ética

O XI Plenário do CRP-RJ deu ênfase às questões da Ética em sua gestão. Durante os últimos três anos, o plenário ressaltou sua responsabilidade de orientar a profissão e valorizar novas intervenções da Comissão de Ética (COE) para além do exame das representações e processos. Dentro desta gestão, mesmo para estas atividades – as mais conhecidas da COE – foram estabelecidas condições para aprimorar o trabalho da equipe.

Quando o XI Plenário assumiu a gestão do CRP-RJ, em setembro de 2004, a primeira fase de trabalho da COE foi marcada pela urgência em analisar os processos que se acumulavam aguardando andamento.

A instrução de processos éticos é realizada através da análise de representações e processos, sob responsabilidade das Comissões de Instrução. Cada Comissão conta com 1 conselheiro e 2 psicólogos colaboradores, além de receber ajuda da assistente técnica da COE, bem como da assessoria jurídica, se demandada. As referências de trabalho são o Código de Ética, o CPD e as Resoluções do Sistema Conselhos.

A COE promove ainda orientações às partes envolvidas em representações e processos éticos, disciplinares e funcionais, realizadas em caráter sigiloso, pela assistente técnica Zarlete Faria, além das atividades administrativas que dão suporte às suas ações.

Visando a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido pelas Comissões de Instrução de Processos Éticos foram realizadas, bimensalmente, reuniões de capacitação dirigidas aos Conselheiros e Colaboradores que atuam nas referidas Comissões e, posteriormente, foram ampliadas para os demais conselheiros, colaboradores e psi-

cólogos funcionários do CRP-05, resultando em roteiros de orientações técnicas.

Do ponto de vista quantitativo, podemos identificar:

- o número de entrada de representações por ano: em 2004 - 23; em 2005 - 32; em 2006 - 18; e em 2007 - 22 (até a presente data).
- Representações aguardando instrução: 37 (até a presente data).
- Representações/processos arquivados nesta gestão (de setembro de 2004 até a presente data de 2007): 95
- Processos em recurso no CFP: 3 processos.
- Processos Julgados: 25 processos ético-disciplinares e 03 processos funcionais.

Foi aprovado projeto para um trabalho permanente junto à Comissão de Ética, visando melhorar o relacionamento entre a COE, a categoria e a sociedade. O projeto foi iniciado pelo levantamento de dados de todos os processos éticos localizados e arquivados na COE com a montagem de planilhas e gráficos a serem atualizados periodicamente. Finda esta etapa, criou-se um banco de dados para permitir estudos interpretativos.

Usando este banco de dados, foram criadas oficinas de trabalho chamadas “Ética para além das normas”, que tem por objetivo incentivar a reflexão crítica sobre o agir ético, desenvolvidas através de método participativo, abertas à sociedade em geral. Além disso, esclarecem sobre questões regimentais e de competência dos Conselhos, agregando informações sobre o Código de Processamento Disciplinar. No total, foram realizadas cinco oficinas na sede do CRP-RJ, além de outras em instituições no Rio, em Campos, Resende e Nova Friburgo.



Foram também implementadas as Quart'éticas (Quartas Éticas), programação bimensal com apresentação de temas relevantes e atuais relacionados à Ética. Trata-se de questões decorrentes da incidência de falhas éticas em processos e de dúvidas reiteradamente encaminhadas por psicólogos e por instituições à COE. Seu objetivo principal é ampliar discussão junto à categoria, tendo a Ética como interrogante e colocando em análise o lugar ético-político das práticas dos psicólogos. Oito Quart'éticas foram realizadas e os trabalhos apresentados estão sendo transcritos para divulgação, através do site.

A Comissão também tem sido convocada para atuar e se apresentar em outras atividades, tais como: palestras em instituições formadoras e participação em reuniões com instituições demandantes.

Para entrar em contato com a COE ligue para os telefones (21) 2139-5436 / 5437 ou escreva para o e-mail [etica@crprj.org.br](mailto:etica@crprj.org.br).

## Comissão de Análise para Concessão do Título de Especialista

Criada em 2001, a CATE tem por objetivo receber e emitir pareceres sobre as solicitações para obtenção de Título de Especialista em Psicologia concedido pelo Sistema Conselhos de Psicologia, conforme as determinações da resolução CFP 002/2001, 05/2003 e 02/2004. Para tanto, nos últimos três anos, os conselheiros e colaboradores

da CATE vêm analisando a documentação encaminhada pelos psicólogos e assessorando o Plenário e a Comissão de Orientação e Fiscalização quanto aos assuntos relativos ao Título.

Além disso, a Comissão realizou, em 2005, uma pesquisa sobre o impacto do Título de Especialista junto à categoria no Rio de Janeiro. Os

resultados foram apresentados num Fórum, que aconteceu em dezembro de 2005 e deu aos psicólogos do estado a oportunidade de manifestar sua opinião sobre o Título.

A Comissão pretende continuar incentivando o debate junto à categoria e às agências formadoras.

# Comissão Regional de Direitos Humanos

O XI Plenário do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, apostando na conexão entre as práticas psicológicas e os Direitos Humanos, instituiu a Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH), com o propósito de atuar como núcleo mediador das políticas dessa gestão.

As atividades desenvolvidas pela Comissão têm privilegiado uma concepção histórica e, portanto, desnaturalizada de Direitos Humanos, implicada com a afirmação das diferenças, das multiplicidades e das possibilidades de invenção e de transformação.

A CRDH tem realizado suas intervenções procurando colocar em análise cotidianamente as práticas psicológicas. Para isso, tem se utilizado de uma abordagem transdisciplinar e pluralista, marcada pela ótica da solidariedade e da preocupação com a construção de um corpo coletivo. Desta forma, a CRDH é composta por psicólogos, conselheiros e colaboradores militantes em diferentes territórios que inventam dispositivos mobilizadores de redes/coletivos/conexões em diversas esferas de atuação.

Nesse movimento, alguns dispositivos emergiram, como o *Trocando em Miúdos*, encontros bimestrais com temas relevantes para se pensar as práticas dos psicólogos e sua vinculação com os Direitos Humanos. Durante os últimos três anos foram realizados sete encontros, cujos te-

mas foram Justiça e Saúde Mental, Juventude e Drogas, Trabalho, Psicologia e Comunicação, Diversidade Sexual, entre outros.

A CRDH mediou reuniões com psicólogos de territórios específicos de atuação como, por exemplo, do sistema penitenciário e do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas.

Em consonância com a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, foi realizada inspeção em uma unidade de cumprimento de medidas sócio-educativas, com privação de liberdade, da cidade do Rio de Janeiro. Essa atividade nacional de inspeção foi articulada com as várias seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o relatório produzido foi publicado, com o objetivo de publicizar em âmbito nacional as violações de direitos humanos sofridas por adolescentes internados nas unidades inspecionadas.

Outra estratégia utilizada pela CRDH foi a organização de *Fóruns de Discussão e Encontros Temáticos* para analisar a atuação da Psicologia nas atividades de Mediação e Conciliação e o tra-



balho conjunto entre psicólogos e assistentes sociais no campo sócio-jurídico.

Foram também organizados dois grandes seminários de Psicologia e Direitos Humanos. No primeiro, privilegiou-se a discussão em torno do próprio conceito “Direitos Humanos” e sua relação com as práticas Psi. No segundo, que teve como tema “Medicalização da Vida”, buscou-se problematizar a relação entre Direitos Humanos e Biopoder na contemporaneidade. Uma publicação e um

vídeo com o material produzido nestes dois seminários estão sendo produzidos.

Todos esses encontros-dispositivos se constituíram como momentos de extrema riqueza com vasta troca de experiência produzida pela força-pensamento disparada pelas potentes falas de todos aqueles que colaboraram com a CRDH, experimentando sempre o encontro como algo que nos faz pensar, pois como diz Deleuze: “Pensar não é o exercício natural de uma faculdade. O pensamento nunca pensa por si mesmo(...) Pensar depende de forças que se apoderam do pensamento”.

## Comissão Editorial

Durante a última gestão, a Comissão Editorial, em parceria com a empresa Diagrama Comunicações, foi responsável pela elaboração dos jornais e do site do Conselho.

Uma das primeiras ações da Comissão foi reformular o material gráfico produzido pelo CRP-RJ. A logomarca atual foi escolhida entre diversas propostas pelos próprios psicólogos em uma consulta realizada em 2004 e até hoje é motivo de elogios por parte de psicólogos e de outros Regionais.

A partir do trabalho da Comissão e dos jornalistas contratados, foram lançadas quatro edições do jornal por ano. Nelas, os psicólogos puderam encontrar informações sobre como participar dos mais diversos eventos organizados e apoiados pelo CRP-RJ, além de debater diversas questões importantes da Psicologia, como a reforma psiquiátrica, o trabalho dos psicólogos no Sistema Prisional, a Ética na Psicologia, as questões da psicoterapia, entre outros.

O site do CRP-RJ também foi uma ferramenta de grande importância na gestão do XI Plenário. Além de conter informações sobre diversos acontecimentos ligados à Psicologia, o site também trouxe aos psicólogos internautas informações práticas sobre a profissão, como a tabela de honorários e as datas de inscrição para concursos e estágios. Hoje, temos 17.500 acessos ao portal todo mês. Um crescimento impressionante, se levarmos em conta que, em 2005, a média mensal era de 3.900 acessos.

## Coordenadoria Técnica

A Coordenadoria Técnica (COTEC) teve, nos últimos 3 anos, a função de assessorar a Diretoria e os Conselheiros do CRP-RJ. Para tanto, elaborou respostas e pareceres técnicos dirigidos ao CRP-RJ; propôs e realizou estudos sobre temas de interesse da psicologia e realizou levantamentos de dados e pesquisas relacionados ao campo da psicologia e do exercício profissional e promoveu o intercâmbio e parcerias com instituições de ensino, entidades governamentais, conselhos profissionais, organizações não governamentais, entidades comunitárias, categoria profissional e sociedade civil.

Como exemplo dessas ações podem ser citados a promoção de reuniões com coordenadores dos cursos de psicologia do Estado do Rio de Janeiro para discutir a questão da implantação das novas diretrizes curriculares para os cursos de gra-

duação em psicologia, a realização de encontros com professores de métodos e técnicas psicológicas para discussão sobre a questão da avaliação psicológica, além do acompanhamento de assuntos relacionados à psicoterapia e discussões sobre a criação da Associação Brasileira de Psicoterapia.

Além disso, a COTEC teve papel fundamental na promoção da profissão de psicólogo, acompanhando, junto a órgãos públicos e prefeituras municipais, concursos públicos nos quais existam vagas para psicólogo, além de promover a interlocução entre psicólogos de diversas áreas, como a Psicologia escolar e a saúde mental, e autoridades municipais e estaduais no sentido de regulamentar e fazer cumprir as leis que incluem a categoria. Foram também promovidos encontros com psicólogos clínicos e representantes dos planos de saúde para tratar, além da ques-

tão dos honorários, as dificuldades em torno da prática clínica junto aos planos de saúde.

A COTEC também acompanhou a tramitação de diversos projetos de lei como o Ato médico, e foi ainda responsável por gerar ou selecionar informações a serem divulgadas no jornal ou no site do CRP-RJ, e assessorar no planejamento de congressos, seminários, encontros, mostras e outros eventos similares. Estes últimos, inclusive, vêm sendo marcados por um aumento gradativo de participação da categoria. O último evento da gestão do XI Plenário, a Mostra Regional de Práticas em Psicologia, reuniu 300 participantes entre psicólogos e estudantes de psicologia e teve aproximadamente 140 experiências em debate apresentadas. Estes números comprovam a participação e a aproximação dos psicólogos junto a este Regional.

## Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) tem realizado um trabalho para conhecer melhor as práticas profissionais dos psicólogos que atuam nos programas de governo. O objetivo é construir referências técnicas para uma melhor e mais crítica atuação profissional nas políticas públicas brasileiras.

Já estão disponíveis dados preliminares sobre a prática profissional dos psicólogos que atuam no Sistema Prisional, na área de DST/HIV/Aids, nas Varas de Família no Poder Judiciário, nos Serviços de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes e nas Medidas Socio-educativas.

As áreas que já foram investigadas anteriormente têm agora um questionário de 2ª etapa para que sejam incluídas novas contribuições. Se você atua em uma destas áreas listadas acima, pedimos a sua colaboração para descrever e opinar sobre o seu dia a dia em mais detalhes. Estas informações serão usadas para complementar os

dados já levantados na 1ª etapa, melhorando a compreensão do fazer do psicólogo.

Outra ação do CREPOP refere-se à formulação de referências para a atuação da *Psicologia no âmbito da Saúde do Trabalhador* através das experiências e opiniões dos profissionais que atuam na área.

Para acolher estas contribuições, apresentaremos, a partir do dia 17 de setembro no portal CREPOP (<http://crepop.pol.org.br>), o documento *"Diretrizes: saúde do trabalhador no âmbito da Saúde Pública - apontamentos para a atuação profissional"*. O documento, que vem sendo elaborado por um Grupo de Trabalho reunido pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP, estará disponível até o dia 28 de outubro.

O Edital de abertura da consulta pública contendo instruções detalhadas para participação será publicado no Diário Oficial da União em 10/09/2007 e estará disponível no portal.

Essa proposta de diretrizes tem como objeti-



vo promover e subsidiar uma reflexão sobre vários aspectos da Psicologia no âmbito da Atenção à Saúde do Trabalhador.

Desde o dia 04/09, está em andamento a 1ª etapa da pesquisa sobre a *Atuação Profissional nos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS*. PARTICIPE! O questionário on-line estará disponível até o dia 04/11/2007.

Já se encontra disponível o documento *Diretrizes para atuação no CRAS* - resultado da Consulta Pública encerrada em 1º de julho de 2007. Para mais informações: [crepop@crprj.org.br](mailto:crepop@crprj.org.br).

# A Comissão de Orientação e Fiscalização

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) tem como objetivo orientar e fiscalizar o exercício da profissão baseada no Código de Ética Profissional, na Lei 4119/62 (que regula a profissão), na Lei 5766/71 (que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais), nas Resoluções do CFP e CRP-RJ, no Manual Unificado de Orientação e Fiscalização (MUORF) e em quaisquer outros instrumentos legais (leis, decretos, portarias etc.) cabíveis à prática profissional. Na gestão do XI Plenário, a COF procurou, como política, enfatizar a orientação como norteadora das ações através de informações e esclarecimentos sobre as questões éticas à categoria ou outros atores da rede social. Por isso, no período de 2004 a 2007 foram realizadas mais de 5000 orientações por telefone e outras 1000 realizadas por e-mail.

Além das orientações, a Comissão de Orientação e Fiscalização realiza fiscalização em situações de cadastros de pessoa jurídica; constatação de irregularidade na inspeção para inscrição, renovação ou mudança de endereço da pessoa jurídica, e averiguação de denúncia ou notícia que se tenha conhecimento através de qualquer tipo

de publicidade, entre outras.

Quanto ao trabalho interno, a COF realiza o andamento administrativo dos prontuários de Pessoa Jurídica, além de atender várias demandas em que o exercício profissional se faz presente, como apresentação de palestras para estudantes de psicologia sobre o Sistema Conselhos e sobre o Código de Ética profissional e promoção de eventos para reflexão sobre áreas da Psicologia, entre outras.

Em 2005, o CFP realizou um encontro nacional das COFs, onde os regionais discutiram suas realidades e o CRP-RJ se fez presente trazendo suas contribuições para o Sistema Conselhos de Psicologia.

Em agosto de 2006, a Comissão de Orientação e Fiscalização realizou o encontro “Mobilidade Humana e Cidadania: Transitando pela Psicologia”, com o objetivo de discutir questões da Psicologia do Trânsito para além da avaliação psicológica. Nesse mesmo ano, a COF participou de uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia sobre o serviço de Psicologia nas clínicas de trânsito, a fim de estabelecer um panorama sobre a área no Brasil.

## Comissão de Recursos Humanos

Durante a gestão da XI Plenária, a CRH iniciou o seu trabalho entrevistando os funcionários do CRP-RJ, gerando um relatório que embasou o plano de trabalho da comissão.

Foram levantadas junto a Gerência e Funcionários as necessidades de desenvolvimento profissional e elaborou-se um Plano de Capacitação, com treinamentos internos e externos.

Foi realizada uma análise do Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS), que resultou na implementação de um novo Plano, agora condizente com as condições do mercado de trabalho como objetivo de minimizar a rotatividade de empregados.

Foi desenvolvido também um programa de avaliação e desempenho que possibilitará melhor acompanhamento das necessidades dos funcionários, gerando uma maior integração entre estes e a Gerência.

Com o novo PCCS, uma nova estrutura administrativa foi definida procurando descentralizar e dividir responsabilidades e dando maior agilidade e autonomia aos setores.

Procurou-se, também, documentar negociações coletivas de trabalho, adotando a metodologia alicerçada em fundamentos financeiros, jurídicos e sociais de acordo com o praticado no mercado, propiciando um acordo justo e possível.

## Serviços psicológicos mediados por computador

Nos últimos anos, os serviços psicológicos mediados por computador têm despertado o interesse da categoria. A Resolução CFP nº 12/2005, o Código de Ética Profissional do Psicólogo e a Resolução no Conselho Nacional de Saúde 196/96 regulamentam estes serviços. De acordo com esta regulamentação, a psicoterapia on-line só pode ser realizada se possuir caráter experimental e estiver amparada por protocolo de pesquisa.

A resolução CFP nº 12/2005 dispõe também sobre a existência de serviços psicológicos via internet considerados legítimos, como orientações psicológicas, profissionais, de aprendizagem e ergonômicas; consultorias a empresas e aplicação de testes psicológicos com avaliação favorável do CFP. Além disso, é permitida a utilização de softwares informativos e educativos pelos psicólogos. Todos estes serviços podem ser exercidos por todos os profissionais da área, que podem, inclusive, cobrar honorários por eles.

O psicólogo que estiver interessado em realizar esse tipo de serviço deve, após a construção do site e antes de conectá-lo à rede, cadastrar o seu site na página virtual do Conselho Federal de Psicologia ([www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)). Em seguida, deve aguardar a avaliação e o credenciamento do portal, que receberá um selo virtual do CFP. Hoje, existem 24 sites credenciados pelo Conselho Federal de Psicologia oferecendo esses serviços. Quatro deles pertencem a psicólogos do Rio de Janeiro.

Caso você tenha interesse em obter mais informações, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-RJ encontra-se à disposição para consultas sobre o assunto através do telefone (21) 2139-5434 e do e-mail [cof@crprj.org.br](mailto:cof@crprj.org.br).



# CRP-RJ apóia movimento contra redução da maioria penal

No dia 26 de abril, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por 12 votos a 10, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal no país. A PEC propõe a redução e estabelece o regime prisional para jovens menores de 18 e maiores de 16 anos que cometam crimes hediondos.

Desde então, a PEC segue em tramitação: para ser aprovado, o texto deve seguir para votação, em dois turnos, no plenário do Senado e, em seguida, ser também apreciado pela Câmara dos Deputados.

Para a psicóloga Maria Luiza Moura, conselheira do CFP, a PEC aprovada no Senado Federal desrespeita a Constituição brasileira: “Ela fere profundamente o que está colocado na Constituição. São preceitos importantes dos Direitos Humanos e de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes que nosso próprio país assinou, documentos em que se comprometeu em

garantir essa proteção. A Proposta de Emenda Constitucional vem com marcações muito deterministas”, disse ela.

“Na verdade, a grande violação de adolescentes em conflito com a lei são mais as questões de danos ao patrimônio e não os crimes mais graves”, apontou a psicóloga, que coordena o Centro de Estudos e Pesquisas Aldeia Juvenil, na Universidade Católica de Goiás.

O texto da Emenda Constitucional também estabelece que o adolescente deve cumprir pena em local distinto dos presos maiores de 18 anos, além de propor a substituição da pena por medidas socioeducativas, desde que não se tenha cometido crime hediondo, tortura, tráfico de drogas ou terrorismo.

Como alternativa, o Conselho Federal de Psicologia pede aos senadores que votem contra a



Foto: UNICEF/2003/François d'Elbee

redução da maioria penal e, em contrapartida, ajudem na implantação do Sistema Nacional de Atendimento Socio-educativo (SINA-SE), que prevê, entre outras saídas, novas diretrizes de funcionamento para a internação e cumprimento de medidas socio-educativas em meio aberto para adolescentes.

## Entrevista

*Laila Domith é graduada em Direito e Mestre em Psicologia pela UFF. No último dia 14 de setembro ela defendeu a dissertação “PECs: Propostas de Emenda à Constituição ou Processos de Exclusão e Criminalização”, na qual analisa o discurso das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) presentes na Câmara dos Deputados cujo objetivo é a redução da maioria penal.*

**Que Projetos de Lei semelhantes à PEC aprovada em abril já foram apresentados no Congresso?**

Eu procurei estudar as PECs que atualmente estão em tramitação na Câmara dos Deputados e hoje estão em um número de cerca de quarenta propostas. Tenho conhecimento que existem algumas no Senado também, algo em torno de seis ou sete. A primeira PEC apresentada na Câmara dos Deputados é a PEC 14, apresentada no ano de 1989. É surpreendente que seja tão cedo, tendo em vista que a nossa Constituição apelidada de “Cons-

tituição Cidadã” foi promulgada em 1988. Entre as cerca de quarenta PECs que eu pesquisei existem pequenas variações, como por exemplo, esta citada na pergunta, que pretende reduzir a maioria apenas para os crimes chamados de hediondos. A maior parte delas pretende reduzir a maioria penal para todos os tipos de infrações às leis penais e sem nenhum tipo de condição.

**Em sua tese, você afirma que Projetos de Lei deste tipo têm um discurso semelhante. Que tipo de discurso é característico destas propostas?**

Na verdade grande parte dos discursos das PECs são sucintos. É que de fato pretende-se a alteração de apenas uma palavra na lei: a troca do dezoito pelo dezesseis. Entretanto, nas justificativas, que também fazem parte das propostas, os discursos utilizados pelos legisladores ainda deixam muito a desejar.

Na maioria dos casos o legislador não toca no

assunto da inconstitucionalidade da redução, que é evidente e expressa pela Constituição, que visa em suas cláusulas pétreas a inalterabilidade dos direitos e garantias individuais (art. 60 inciso IV da Constituição Federal de 1988). Mas todas as PECs presentes na Câmara dos Deputados se utilizam do discurso autoritário de tolerância zero e criminalização da pobreza.

**Como você vê o debate sobre a redução da maioria penal na mídia e na sociedade? Ele é feito de forma adequada?**

A mídia reforça nas pessoas essas visões de que o pobre é criminoso, é perigoso, e difunde o discurso do medo. Essa sirene de alarde total da mídia reforça o medo nas pessoas que logo identificam o perigo em determinados segmentos: os pobres, os traficantes, os meninos de rua, os favelados, e para todos estes a prisão é o local ideal, por isso tanta urgência e recorrência na tentativa de reduzir a maioria penal.

# 21 de outubro: Dia Nacional contra a Baixaria na TV

A Campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania” completa neste ano cinco anos de existência. Iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, a campanha tem apoio de uma série de instituições do país, entre elas, o Conselho Federal de Psicologia (CFP). Neste ano, além do monitoramento de conteúdo veiculado em programas de televisão e rádio, a campanha debate a aplicação da classificação indicativa para programação de TV, a outorga e renovação de concessões públicas para empresas de comunicação e a luta pela Conferência Nacional de Comunicação.

De acordo com os organizadores da campanha, as manifestações mais comuns de desrespeito presentes na mídia são a apologia e incitação ao crime, discriminação racial, de gênero, por religião e orientação sexual, estímulo à precipitação da sexualidade infantil e infanto-juvenil, entre outras. Além de contar com uma Comissão de Acompanhamento da Programação de Rádio e Televisão (CAP), a Campanha recebe denúncias da população através do telefone 0800 619619.

O psicólogo Ricardo Moretzson afirma que, nos quase cinco anos de Campanha, foram cerca de 35.000 denúncias procedentes. Os organizadores estabelecem um diálogo com os produtores de TV e, caso não tenham êxito com o controle de conteúdo ofensivo aos Direitos Humanos, direcionam-se aos anunciantes.

Moretzsohn coordenou a mesa ‘Publicidade e a Produção de Subjetividade’ no Seminário Nacional de Mídia e Psicologia, que o CFP organizou em junho deste ano em parceria com o CRP-RJ. Durante o evento, foram apresentados argumentos a favor do controle de publicidade destinada a crianças e de movimentos pela Democratização da Comunicação. Uma das ações geradas pelo Seminário foi a formação do coletivo Mídia e Psicologia, que formulou um manifesto em prol da democratização dos meios de comunicação social. O documento, assinado pelo CFP, pelo CRP-RJ e pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) propõe, entre outras medidas, a afirmação da necessidade de se estabelecer uma política de classificação indicativa para os produtos audiovisuais, conforme disposto no Estatuto



da Criança e do Adolescente (ECA), o fortalecimento do Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações (FNDC) e da Campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”.

## **Acesse também:**

- <http://www.fndc.org.br> – página do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação.
- <http://redeabraco.org/rede/index.html> – página da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária.

## Lei do Ato Médico espera parecer da Câmara



O Projeto de Lei 7703/2006, conhecido como Lei do Ato Médico, continua esperando parecer da Câmara dos Deputados. O projeto havia sido aprovado no dia 6 de dezembro de 2006, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Desde então, apenas uma audiência pública foi realizada na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, mas o projeto já recebeu 60 propostas de emendas e ainda não há consenso entre as categorias da área de saúde e médicos.

O projeto, que tem por objetivo oficial regulamentar atribuições exclusivas dos médicos, foi apresentado pela primeira vez no Senado em

2002. Na época, os conselhos profissionais e outras entidades ligadas a diversas profissões da área da saúde se manifestaram, afirmando que o PL restringia a atuação de profissionais como enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, entre outros. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), inclusive, realizou uma campanha que recolheu 500 mil assinaturas contra o projeto.

Por causa dessa grande mobilização, em 2006, a senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO) reuniu representantes de entidades médicas e da campanha Não ao Ato Médico em duas audiências públicas. Esse esforço resultou num substitutivo que atendia em alguns pontos aos representantes das profissões da saúde envolvidas no processo. No entanto, por não concordar com o substitutivo e considerar que a senadora não havia apresenta-

do a imparcialidade necessária nesse tipo de negociação, o CFP se retirou das negociações. Quando o substitutivo foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, foi apresentado um recurso para que a matéria fosse votada pelo Plenário do Senado, e não somente pela Comissão, mas este foi negado.

No momento, o projeto espera na Câmara a votação das emendas propostas. Apesar do CFP ter se retirado das discussões, a última Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos, realizada em maio de 2007, decidiu apoiar 6 das emendas propostas para o projeto. Consulte o site do CRP-RJ ([www.crprj.org.br](http://www.crprj.org.br)) e leia o Projeto de Lei e as emendas defendidas pelos CFP. A lista completa de emendas podem ser consultadas no site da Câmara dos Deputados ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)).

# Psicólogos têm até 31 de outubro para se inscrever nos planos de saúde da Unimed

Os psicólogos que tiverem interesse em se inscrever nos planos de saúde com desconto da Unimed devem fazê-lo até o dia **31 de outubro**. Após este prazo, os psicólogos não poderão mais se inscrever.

Os descontos fazem parte de um convênio que o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro assinou, em junho de 2007, com a administradora de planos de saúde Unimed Rio. A partir dele, os psicólogos podem ter entre 30 e 50% de abatimento (já inclusos na tabela), dependendo do plano escolhido. Os descontos valem tanto para o titular do plano quanto para seus dependentes.

Além disso, os psicólogos que não tiverem planos de saúde, que forem associados a outras administradoras ou forem associados a planos da Unimed em outras cidades também terão carências reduzidas ao aderir ao novo plano. Psicólogos que já forem associados a Unimed Rio poderão migrar para o plano com descontos e com aproveitamento total das carências já cumpridas.

Vale lembrar que o CRP-RJ não obteve nenhum benefício para efetuar este convênio e o fez atendendo a uma antiga reivindicação de vários psicólogos.

Para se inscrever, basta preencher a ficha de inscrição anexa e enviá-la por fax para a Unimed

Rio junto com a cópia da carteira do CRP-RJ, cópia do carnê das 06 últimas parcelas pagas do plano de saúde anterior (caso haja) e comprovante de residência. A taxa de inscrição por grupo familiar é de R\$ 5,00 e é cobrada somente na primeira parcela. A ficha de inscrição pode ser também encontrada no site do CRP-RJ ([www.crprj.org.br](http://www.crprj.org.br)), junto com um modelo do contrato, a rede de hospitais e laboratórios credenciada em cada plano e as carências necessárias para todos os planos.

Para outras informações, basta ligar diretamente para a Unimed pelos telefones (21) 3139-7588 / 3139-7876 / 3139-7595.

## Assembléia Orçamentária no CRP-RJ aprova novo valor da anuidade

No dia 23 de agosto, foi realizada no auditório do CRP-RJ a assembléia orçamentária 2007. O evento tinha como objetivo aprovar o valor da anuidade e, conseqüentemente, o orçamento do Conselho para o ano de 2008.

A assembléia foi aberta pelo então vice-presidente do CRP-RJ, Nélío Zuccaro, que apresentou a composição da mesa do evento, composta pela então conselheira tesoureira, Fabiana Valadares, e pelo controller do conselho, Roner Tavares. Após a abertura, foi exposta a prestação de contas do ano de 2006 e do primeiro semestre do ano de 2007. Em seguida, foi apresentado aos presentes o orçamento previsto para 2008, que previa apenas um reajuste de 3%, em conformidade com a inflação medida pelo IPCA. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Assim, o novo valor da anuidade para 2008 foi definido em R\$ 259,58 para pessoas físicas e R\$ 324,86 para pessoas jurídicas. O pagamento

da cota única até o dia 31 de janeiro dá ao psicólogo 10% de desconto na anuidade, enquanto o pagamento até o dia 28 de fevereiro dá 5% de desconto. Além disso, a anuidade também pode ser dividida em três parcelas.

A plenária também decidiu reduzir o valor de diversas taxas e emolumentos. Por exemplo, o valor de inscrição para pessoas físicas foi reduzido para R\$ 51,22, correspondente a 20% da anuidade. A inscrição de pessoas jurídicas também teve um abatimento e agora custa R\$ 192,82. Este valor corresponde a 60% do valor da anuidade.

A maior redução foi feita nas taxas pagas nos pedidos de 2ª via de carteira, reativação de inscrição, reativação com transferência e obtenção do Título de Especialista. Todas foram reduzidas para o valor mínimo estabelecido pelo Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos – 4% do valor da anuidade – e agora custarão R\$ 10, 24.

## Psicóloga do Rio recebe prêmio monográfico



No dia 14 de agosto, a conselheira-presidente do XI Plenário do CRP-RJ, Maria Christina Orrico, e a conselheira secretária do XI Plenário, Carla Barbosa, estiveram na Universidade Estácio de Sá em Resende para entregar o prêmio monográfico “Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia”. O prêmio, concedido pelo Conselho Federal de Psicologia, foi entregue à psicóloga, professora da Unesa e conselheira do XI Plenário do CRP-RJ, Valéria Marques de Oliveira, responsável pelo trabalho “O valor da enunciação da pessoa com deficiência intelectual”.

Estiveram presentes à cerimônia a diretora acadêmica da Unesa-Resende, Priscila Alves, professores e alunos da universidade, além de representantes de entidades ligadas à Educação Inclusiva.

# Sistema Conselhos de Psicologia tem nova gestão

No dia 27 de agosto, dia do Psicólogo, foram realizadas eleições para o Sistema Conselhos. Psicólogos de todas as regiões do Brasil puderam escolher as novas gestões dos 17 Conselhos Regionais e do Conselho Federal no próximo triênio.

No Rio de Janeiro, 8.146 psicólogos compareceram aos diversos locais de votação no dia da eleição para votar nas chapas que concorriam ao Conselho Regional do Rio de Janeiro e ao Conselho Federal. Além disso, 1.076 psicólogos do interior do estado enviaram seus votos por correio, totalizando 9.222 votantes nesta eleição.

Entre as chapas que concorriam à gestão do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, a chapa de número 11 - "Nova Era Psi" - teve 2.285 votos, totalizando 31,68% dos votos válidos. A chapa de número 12 - "Ética e Compromisso Social" - teve 4.929 votos, ou seja, 68,32% dos votos válidos. Votos brancos somaram 498 e nulos 1.510%. Com isso, foi considerada eleita a chapa "Ética e Compromisso Social". Nas eleições para o CFP também havia duas chapas concorrentes: a 21 - Cuidar da Profissão, e a 22 - Consolidação. No entanto, no momento em que fechamos esta edição, ainda não haviam sido computados os votos de todo o Brasil, por isso, o resultado ainda não havia sido anunciado. Confira o resultado no site [www.pol.org.br](http://www.pol.org.br).

A chapa "Ética e Compromisso Social" se comprometeu a dar continuidade ao trabalho iniciado pelo XI Plenário, tendo os Direitos Humanos como principal eixo de suas políticas, além de promover debates sobre as implicações éticas das práticas do psicólogo.



## Conheça os novos conselheiros do CRP-RJ

### Efetivos:

- José Novaes - 05/980
- Ana Carla Souza Silveira da Silva - 05/18427
- Eliana Olinda Alves - 05/24612
- Francisca de Assis Rocha Alves - 05/18453
- Janaina Barros Fernandes - 05/26927
- José Henrique Lobato Viana - 05/18767
- Lindomar Exedito Silva Darós - 05/20112
- Luiz Fernando Monteiro P. Bravo - 05/2346
- Lygia Santa Maria Ayres - 05/1832
- Maria da Conceição Nascimento - 05/26929
- Marília Álvares Lessa - 05/1773
- Noeli de Almeida Godoy de Oliveira - 05/24995
- Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - 05/26077
- Suyanna Linhales Barker - 05/27041
- Wilma Fernandes Mascarenhas - 05/27822

### Suplentes

- Alessandra Daflon dos Santos - 05/26697
- Ana Lúcia de Lemos Furtado - 05/0465
- Ana Maria Marques Santos - 05/18966
- Cecília Maria Bouças Coimbra - 05/1780
- Elizabeth Pereira Paiva - 05/4116
- Érika Piedade da Silva Santos - 05/20319
- Fernanda Brant Gabry Stellet - 05/29217
- Karine Neves Mourão - 05/28863
- Luciléia Pereira - 05/29453
- Márcia Ferreira Amêndola - 05/24729
- Maria Márcia Badaró Bandeira - 05/2027
- Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - 05/10564
- Samira Younes Ibrahim - 05/7923
- Vanda Vasconcelos Moreira - 05/6065
- Vivian de Almeida Fraga - 05/30376

- MUDOU-SE
- DESCONHECIDO
- RECUSADO
- ENDEREÇO INSUFICIENTE
- NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- INFORMAÇÃO ESCRITA PELO
- PORTEIRO OU SÍNDICO
- FALECIDO
- AUSENTE
- NÃO PROCURADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO  
POSTAL EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ \_\_\_\_\_  
CARTEIRO



Impresso  
Especial

9912174124/2007-DR/RJ  
CRP - 5ª REGIÃO

...CORREIOS...

**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO**  
RUA DELGADO DE CARVALHO, 53 TIJUCA  
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20260-280